



XVI JORNADA ACADÊMICA

Educação, Memória e História: Os desafios
no processo de redemocratização do Brasil

ISSN 2965-0615

Programa de Pós-Graduação
EDUCAÇÃO
Mestrado e Doutorado



UNISC

PRÁTICAS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO ESCOLAR NO CONTEXTO DAS MIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS

Natália Schroeder Henn¹
Náthally Gabriela de Carvalho¹
Betina Hillesheim¹

EIXO TEMÁTICO 03: INTERCULTURALIDADE, INFÂNCIAS E EDUCAÇÃO

A migração no Brasil vem passando por uma significativa transformação em sua composição demográfica. Segundo dados do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) de 2023, o perfil migratório no país, antes predominantemente masculino e adulto, agora se caracteriza por um aumento expressivo de mulheres, crianças e adolescentes imigrantes e refugiados (Hanchem; Toniati, 2023). Nos últimos anos, evidenciam-se algumas oscilações: enquanto a partir de 2017, os dados indicam um crescimento notável das Solicitações de Registro de Residência que incluem crianças e adolescentes, houve uma queda em 2020 (possivelmente em decorrência da pandemia de COVID-19) e um novo aumento desde então. Em 2022, o Brasil contabilizou 51.032 crianças e adolescentes residentes, o maior número de toda a série histórica, refletindo as novas dinâmicas migratórias e seus desafios específicos.

Diante desse cenário, torna-se fundamental problematizar o acesso dessas crianças e adolescentes à educação, garantindo sua inclusão e proteção, tendo em vista que a escola desempenha um papel fundamental na garantia de diversos direitos e atua como uma porta de acesso a outros serviços essenciais, por meio de encaminhamentos e suporte às famílias. Em termos legais, no Brasil, o direito ao acesso à educação de crianças estrangeiras é amparado pelas seguintes leis: Constituição Federal de 1988, a Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU de 1989, o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, a Lei de Migração de 2017 e a Resolução n.1 de 13 de novembro de 2020. Destacamos que as crianças se encontram em uma posição ambígua resultante da sobreposição de duas questões: a necessidade de proteção, por serem menores de idade e os desafios relacionados à migração, que as sujeitam às normas das leis de migração e refúgio (Rifiotis, 2018).

Considerando esses aspectos, surge a pesquisa "Processos de in/exclusão escolar: um estudo com crianças migrantes" que visa investigar, junto de uma escola pública situada no município de Venâncio Aires (RS), interior do Rio Grande do Sul, como se dá a inclusão escolar de crianças migrantes internacionais. O estudo teve enfoque, especialmente, em crianças que vieram para o Brasil em uma situação de deslocamento forçado, como é o caso das venezuelanas.

Para esta pesquisa, o processo teórico metodológico escolhido foi a cartografia (Deleuze; Guattari, 1995), que permite acompanhar fenômenos de maneira dinâmica e em constante processo, sem ser fixa ou rígida. Segundo Bocco (2008), a cartografia é uma prática política que, ao acompanhar a pesquisa, também produz efeitos no campo social e se estende às dinâmicas da vida cotidiana e às relações históricas. Para a produção

¹ Universidade de Santa Cruz do Sul - Unisc.

de dados, foi construído um diário de campo coletivo, onde foram reunidas informações, impressões e reflexões relativas a, principalmente, observações do cotidiano escolar e de encontros realizados com grupos de estudantes migrantes matriculados a partir do 5º ano do ensino fundamental, bem como grupos com pais/responsáveis e professores. Os dados produzidos foram sistematizados em dois eixos investigativos: “Processos de in/exclusão escolar” e “Entre infâncias – escola e migrações”. Desta forma, o presente resumo aborda o primeiro eixo, o qual buscou identificar as questões referentes aos diferentes processos de in/exclusão escolar vivenciados pelas crianças migrantes, bem como as ações de acolhida e inclusão realizadas pela escola.

Ao tratar da inclusão de crianças migrantes, Silva, Poltozi e Torres (2023) propõem referências para o acolhimento de pessoas migrantes na educação básica, no intuito de evitar violências no processo de inclusão das crianças estrangeiras. Para eles, a escola deve ser um ambiente de pertencimento, não apenas um local a frequentar, mas um espaço que promova práticas interculturais, bem como a diversidade linguística. Assim, podem ser propostas diversas ações, tais como: comemorar festividades das diferentes nacionalidades e culturas ao longo do ano letivo; realizar a escuta ativa de estudantes estrangeiros de modo que permita a aprendizagem dos professores sobre a trajetória individual e cultural dos migrantes, possibilitando, inclusive, reflexões sobre o método do ensino e trocas com os alunos; incluir a temática migratória, assim como acolhimento e hospitalidade, nas propostas de formação continuada de docentes; entre outras práticas.

Os mesmos autores estabelecem que o acolhimento é uma resposta imediata, uma reação pontual ao sermos chamados a receber o outro. Já a hospitalidade representa um acolhimento contínuo, que se mantém ao longo do tempo, influenciando e transformando a cultura de organizações e instituições.

Contudo, a partir do entendimento de Veiga-Neto e Lopes (2011), de que inclusão e exclusão não são opostas, mas complementares, considera-se que a inclusão é um processo inacabado, no qual a exclusão está sempre implicada. Desta forma, na lógica contemporânea, inclusão e exclusão são indissociáveis, propondo-se, portanto, o termo in/exclusão. Desta maneira, os autores afirmam que, “muito frequentemente, inclui-se para excluir, isso é, faz-se uma inclusão excludente” (Veiga-Neto e Lopes, 2011, p.123).

Tendo em vista que, muitas vezes, há uma idealização da inclusão, a qual, como discutem Veiga-Neto e Lopes (2011), é compreendida como uma solução para muitos dos problemas educacionais, agindo no sentido da construção de uma sociedade mais justa, ou, então, como um conjunto de práticas voltadas para aqueles/as que, por alguma condição, sofrem discriminação, tomando-a como a-histórica e em oposição à exclusão, na pesquisa aqui realizada, percebeu-se que as práticas de inclusão e exclusão ocorrem concomitantemente no cotidiano escolar.

Assim, ao lado de ações de valorização das diferenças culturais como, por exemplo, movimentos dos docentes para aprender e ensinar sobre os países de origem dos estudantes ou a preocupação em colocar placas bilíngues no espaço escolar, em outros momentos tais diferenças são desconsideradas ou as crianças migrantes são vistas como um problema (por terem vivências distintas ou porque causam dificuldades na sua seriação, visto as diferenças curriculares entre os países). Em outros momentos, ações que buscam incluir, trazem constrangimentos para estes/as estudantes, visto que, em algumas situações, não se sentem à vontade para compartilhar suas histórias.

É importante ressaltar que os pais e os alunos migrantes pontuaram que se sentiram bem recebidos pela escola, em comparação a outras instituições nas quais não tiveram uma boa experiência. Por parte da escola percebeu-se uma preocupação em buscar ferramentas para melhorar o acolhimento no ambiente escolar, como as placas de localização em espanhol que foram colocadas com intuito de auxiliar os estudantes migrantes ou a abertura para que a temática da migração seja trabalhada com todos estudantes. Entretanto, também são relatadas dificuldades na comunicação, visto que a maior parte dos professores têm dificuldade

com a língua ou a cultura destes alunos, além de problemas relacionados a preconceitos reproduzidos por outros estudantes que afetam o sentimento de pertencimento e inibem as potencialidades, sendo que, em algumas situações, os/as estudantes migrantes sentem-se discriminados nas brincadeiras ou atividades desenvolvidas pelos/as alunos/as brasileiros/as.

Nail (2015) discute que, na contemporaneidade, pode-se pensar que o migrante é uma figura política, uma vez que a maior parte das pessoas, em algum momento, enquadra-se no espectro das migrações. Nesta perspectiva, alguns dos migrantes, sob determinadas condições e agentes, são, muitas vezes, expulsos, sendo que tal expulsão pode ser causa ou efeito de sua mobilidade.

Pelas atuais políticas de migração brasileira, as crianças migrantes têm direito à escola e há um esforço no sentido de incluí-las. Entretanto, as escolas brasileiras também enfrentam uma série de dificuldades, como estruturas precárias, pouco investimento nas formações de professores, falta de orientações sobre as políticas públicas, entre outros aspectos. Assim, a in/exclusão se evidencia de distintas formas, apontando-se, ainda, que a própria migração, como coloca Nail (2015), exige análises híbridas.

Porém, é necessário destacar a relevância da escola nos processos de acolhimento dessas crianças e suas famílias ao país de destino, especialmente ao se considerar que elas tiveram sua mobilidade marcada pela expulsão de seus territórios. Desta maneira, tendo em vista a intensificação dos movimentos migratórios internacionais, especialmente no que tange a deslocamentos forçados, e que o Brasil também tem se tornado um país de escolha, é importante que se possa seguir estudando as questões relativas à escolarização dessas crianças e jovens.

PALAVRAS-CHAVE: Migração; Crianças; Educação; In/exclusão.

REFERÊNCIAS

BOCCO, Fernanda. **Cartografias da infração juvenil**. 1ª ed. Porto Alegre: ABRAPSO SUL, 2008.

DELEUZE, Gilles; GUATTARRI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**, vol. 3. Tradução de Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia e Suely Rolnik. São Paulo: Ed. 34, 1996.

HANCHEM, Zakia Ismail; TONIATI, Tania. Crianças e Adolescentes na Imigração Internacional no Brasil. In: Cavalcanti, L. et al. **Relatório Anual OBMigra 2023 - OBMigra 10 anos: Pesquisa, Dados e Contribuições para Políticas**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2023. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-a>. Acesso em: 28 ago. 2024.

NAIL, Thomas. **The figure of the migrant**. Stanford, California: Stanford University Press, 2015.

RIFIOTIS, Fernanda Cruz. Tecnologias de governo e migração internacional: pistas para pensar as experiências das crianças em situação de refúgio no Brasil. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, [S. l.], v. 5, n. 3, 2019. DOI: 10.19092/reed.v5i3.383. Disponível em: <https://reedrevista.org/reed/article/view/383>. Acesso em: 22 ago. 2024

SILVA, Rodrigo Manoel Dias da; POLTOZI, Nicole Magalhães; TORRES, Ana Carolina. **BOAS-VINDAS! Referências para o acolhimento de pessoas migrantes na Educação Básica**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2023. 57 p. Disponível em: https://pedroejoaoeditores.com.br/wp-content/uploads/2023/11/EBOOK_Boas-vindas-Referencias-para-o-acolhimento.pdf. Acesso em: 9 set. 2024

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maria Corcini. Inclusão, exclusão, in/exclusão. **Revista Verve**, n.20, 121-135, 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/14886/11118>. Acesso em: 28 ago. 2024.